

Praia Chega-Nego é tombada

MARY WEINSTEIN

mweinstein@globo.com.br

Para aumentar ainda mais o mar de dívidas que invade a orla de Salvador, descobriu-se, recentemente, que a área da Praia de Chega-Nego, nas cercanias do antigo aeroclube, é tombada, desde a década de 40, por seu valor paisagístico. Se o tombamento ainda prevalece, a pergunta é: poderiam ser concedidos alvarás para a área e seu entorno sem uma consulta prévia ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)?

"O Ministério Público Federal certamente vai entrar para investigar essa questão", calcula o diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Antonio Heliodório Sampaio. "Como pode fazer uma lei que contrarie o tombamento?", questionou o arquiteto.

O professor explica que o tombamento precisa ser regulamentado como foi feito no Centro Histórico em Porto Seguro. Para ele, está claro que a área da praia de Chega-Nego sofreu intervenções que a modificaram.

O Iphan vai avaliar os critérios e parâmetros empregados na época em que foi homologada a proteção para, então, decidir se interfere ou não na tentativa de ampliação de gabarito proposta pelo atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). O de 2004, embora sub judice - em função da declaração de nulidade do seu projeto ainda em 2003 - depois de sancionado à revelia do processo na justiça,

propiciou a construção de um apart hotel com 12 pavimentos, e a concessão de alvarás para dois hotéis do Grupo Madri-Lisboa, aprovados pela Secretaria de Planejamento, com 15 e 18 pavimentos. Sem a anuência do Iphan, como determina a Lei de Tombamento.

"Não sei explicar como um projeto sub judice pode ser transformado e sancionado como lei. Pense em uma coisa absurda que na Bahia acontece", lamenta a promotora do Ministério Público Estadual, Cristina Seixas. Ela acrescenta que o PDDU atual tem os mesmos problemas do anterior. "Nenhum dos dois está bem fundamentado. Recebi um estudo feito em 1988 e outro que ainda não conseguimos identificar a data", disse a promotora Cristina Seixas.

BIBLIOTECA NORONHASANTOS

- Os detalhes do tombamento da praia de Chega-Nego estão no Livro do Tombo, que está na Biblioteca Noronha Santos, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. De lá, veio um técnico da autarquia federal, especialmente analisar o contexto da área que deve ser considerada como de jurisdição federal. Os resultados ainda não foram divulgados pelo Iphan.

Esse profissional não sabia sobre a construção de hotéis com mais de 10 pavimentos, na vizinhança, informou o superintendente do Iphan Regional, Eugênio de Ávila Lins. Nem que um deles prevê a edificação de um túnel subterrâneo para que os turistas possam ir à praia, sem ter o risco de



O Iphan decide se intervém ou não no aumento de gabarito na praia

atravessar a movimentada Avenida Otávio Mangabeira, como divulgou a assessoria de imprensa da prefeitura.

A construção dos hotéis prevê a criação de 1.500 empregos temporários durante a construção dos empreendimentos e de 300 empregos diretos depois da inauguração. As obras começariam em 2007. O primeiro hotel ofereceria 475 apartamentos e o segundo 316 leitos.

ESCRAVOS - O professor da Universidade Federal da Bahia, Fernando da Rocha Peres, que foi superintendente do Iphan na década de 1970 a 1979, lembra que durante sua gestão não houve ameaças à integridade do lugar. Posteriormente, segundo ele, a ruína de pedreira tinha cobertura de palha de jacaba, que era tombada, foi alterada. "Ali era onde chegavam os escravos, daí o nome de Chega-Nego. Eles eram trazidos clandestinamente", disse Fernando Peres.

Se o Iphan não está mais fiscalizando a área eu lamento porque não esqueça que foi naquele espaço que construíam aquele shopping, que o povo batizou de Candiru, que foi o grande precedente para que se fizesse tudo de errado. O parque para fruição dos moradores da área não foi construído e hoje o shopping está enferrujando. Em pouco tempo vai desabar, porque não há mais interesse naquele investimento. Aqui, vou mais uma área de risco", afirmou.

Fernando da Rocha Peres con-

sidera que "o Iphan deve levar a exame esse problema, juntamente com a Secretaria de Planejamento da prefeitura, porque eles estão praticando os mesmos malefícios do tempo de Lorenzo".

De acordo com Peres, na época em que estava no Iphan, exercia-se um certo controle, a própria política municipal não ousou tanto quanto agora. "Jorge Hage (atual ministro da Controladoria Geral da União), tentou disciplinar com a Lei de Uso do Solo, com o planejamento. Hoje a utilização é indiscriminada", concluiu Fernando da Rocha Peres.

Os alvarás de construção dos dois hotéis de luxo, na praia de Armação, foram concedidos com base no PDDU aprovado em 2004, que elevava o gabarito da área que antes era restrito a três pavimentos. Com o PDDU sub judice, os alvarás poderiam então ser concedidos? A secretaria de Planejamento explica que a área era de Proteção Ambiental (APCP) e que neste novo Plano deixou de ser, mas que isso pode ser revisado. "Por se tratar de uma lei municipal pode ser revista. Ela não tinha sido regulamentada, e, por isso, pode ter sido desconsiderada", explicou a secretaria de Planejamento, Kátia Carmelo.

CONSCIÊNCIA - "Meu Deus do céu. Isso é uma falta de consciência, mas é o tipo de coisa que você encontra no Brasil inteiro. As cidades estão entregues", exclamou o fotógrafo Flávio Damini, que na década de 50 fotografou a Praia de Chega Negro.